

# A BATALHA



Director-Inferno: JOAQUIM DE SOUSA  
Editor: CARLOS MARIA COELHO  
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO  
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores  
Assinaturas: Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, 28\$50; Provença, 3 meses 28\$50; África Portuguesa, 6 meses 66\$00; Estrangeiro, 6 meses 102\$00  
PAGAMENTO ADIANTADO (AVANÇADO)

## O PROBLEMA DA EMIGRAÇÃO

Ontem um jornal da manhã, muito alarmado com mais uma leva de emigrantes para o Brasil, gritava que não se devia consentir na despopulação do país, porque eram braços que deixavam de cultivar a terra que deles tanto carecia. E' muito patriótico o brado do patriótico jornal. Mas não seria lícito perguntar se pelo facto destes braços por cá se conservarem a terra viria a ser cultivada?

Justificar-se-ia até certo ponto o desespero patriótico da gazeta em referência se a terra até hoje tivesse sido bem aproveitada com vantagem para consumidores e trabalhadores. Mas há quanto tempo se anda dizendo que três quartas partes da região portuguesa estão por cultivar! E' por falta de braços que este facto lamentável se verifica? Não! Porque ninguém ignora que o proletariado luta com uma grande falta de trabalho. Portanto, há que fazer porque há terra inculta e há trabalhadores porque eles andam por aí a morrer de fome. Os que emigram não o fazem porque não tenham onde empregar a sua actividade, mas porque não lhes permitem trabalhar.

Obrigar esses trabalhadores em crise forçada a permanecer no país sem lhes garantirem trabalho é um crime. E' obrigá-los a morrer de fome. A aludida gazeta por uma questão de amor próprio parece que deseja que os poderes públicos impeçam essa emigração. São, assim, estas teorias patrióticas:—para os párias custam sacrifícios para os poderosos só dão honrarias e fortuna.

A emigração é ainda uma válvula de alívio para os que não têm trabalho e, mesmo assim, nem todos os famintos podem emigrar porque a maioria se visse um dia nas mãos o dinheiro suficiente para uma passagem daqui para o Brasil empregá-lo hia de preferência em não para matar a fome aos filhos. Cerrar as portas à emigração—é cerrar as portas que se abrem para a última esperança de vida.

A emigração deve ser livre, porque senão a pátria a terra onde se encontrem facilidades de vida, não está certo que se retirem essas facilidades de vida a quem aqui não as encontra.

Se não querem assistir por mais tempo ao triste espectáculo da emigração de famintos para o Brasil criem em Portugal condições de vida que tornem a existência suportável para quem deseja trabalhar.

O Suplemento de "A Batalha"

Publica-se amanhã

o último número

referente ao seu terceiro ano

O Suplemento de A Batalha conseguiu um novo êxito: chegar ao fim do seu terceiro ano. Inúmeras dificuldades hemo vencido durante os três anos, mas a aceitação pública e a sinceridade das nossas ideias têm garantido o sucesso da interessante e apreciada publicação.

Não deixa de ter relevância o número do Suplemento de A Batalha—o último do terceiro ano—que amanhã se publica.

A moral dos julgamentos de mixórdios—pesadas condenações para os pequenos—protecção escandalosa para os grandes—é vigorosamente criticado num artigo que se recomenda pela sua actualidade e pela sua verdade.

A intensidade é objecto de apreciações filosóficas do nosso colaborador Abilos.

Outro colaborador, o engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, mais uma vez se dirige por carta a uma criança de oito anos.

Prosegue o nosso inquérito sobre a actividade da mulher, publicando-se neste número variadas respostas.

Ladislau Batalha disserta acerca das antigas e modernas comestinas e dos seus significados, devendo os leitores ficar bastante deliciados com o sabor de um estudo muito apreciável.

Não esqueceram as Actualidades da semana—o julgamento de Marang, Arte Moderna, o aniversário do Suplemento.

Ferreira de Castro surge com as suas imagens de água profunda, denunciando a covardia entre os sul-americanos.

O nosso camarada Alfredo Marques publica uma crónica muito curiosa acerca da luzidez dos touros.

A coeducação não é apenas um problema moral e sexual; é sobretudo um problema social—assim o demonstra um nosso colaborador.

Depois disto, as habituais secções educativas e recreativas.

O número do Suplemento de A Batalha, pela matéria contida, pelas ideias expostas, pelo interesse oferecido, merece o aplauso animador de maiores iniciativas por parte dos nossos leitores e dos nossos amigos.

ASSINEM Os mistérios do Povo

## A campanha de "A Batalha" sobre a emissão secreta das notas do Banco de Portugal alcança o mais estrondoso êxito

Inocêncio Camacho, cuja crónica é bem conhecida dos nossos leitores, fez em Haia uma figura vergonhosa que só trouxe descrédito ao Estado Português. Este que se defendia, porque essa missão não nos cabe a nós

Se outro intuito mais alto não fôsse o nosso senão o de fazer jornalismo, que tremendo triunfo não seria o de A Batalha, nesta questão, do Angola e Metrópole-Banco de Portugal!

A intervenção de A Batalha, como órgão dos trabalhadores, como verdadeiro órgão da opinião pública, foi simplesmente formidável. Não é por vaidade que o dizemos—é porque os factos o gritam ainda mais alto do que nós: a campanha de A Batalha sobre o caso das notas de 500 escudos é, senão a maior, uma das maiores, mais brilhantes, mais audazes, mais heroicas de todos os tempos no jornalismo português.

E' possível que a opinião burguesa e capitalista nos faça pagar no banco dos reus o triunfo moral da nossa campanha. Mas nem o banco dos reus nos assusta. O nosso juiz é a opinião pública—e esta aplaude-nos.

Sem a intervenção de A Batalha o escândalo nunca teria sido esclarecido. E' tão bem ou tão mal A Batalha se conduziu que o advogado de Marang baseou as perguntas definitivas do seu interrogatório sobre as nossas informações! E a verdade destas, da sua esmagadora veracidade, ajudará o leitor pela indecisão vergonhosa que os homens do Banco de Portugal mostraram ao responder. Senão veja-se pela reportagem imparcial, clara, que Reinaldo Ferreira ontem fez inserir no Diário de Lisboa—jornal e jornalista insuspeitos de inimigos do Banco de Portugal.

A reportagem do "Diário de Lisboa"

—Outra pergunta do advogado:

—Mas a Casa Waterlow tinha em seu poder as chaves e as chancelas...

—Tinha, mas era para fazer notas verdadeiras e não as falsas!

Risos na audiência. O próprio presidente sorri. O sr. Inocêncio Camacho, nervoso mas austero, mantém a mesma inalterável gravidade. Entretanto, o advogado, que é incansável, tira da pasta outro exemplar de A Batalha.

O advogado prossegue:

—O mesmo diário a que eu me referi há pouco, disse que o Banco de Portugal publicou, meses antes do escândalo, um anúncio no Diário de Notícias, desmentindo o boato que corria sobre circulação de notas falsas de 500 escudos e acrescentando que aceitaria todas as que lhe levassem. E' verdade?

—E' Chegaram até mim boatos de super-circulação de notas. Mandei fazer uma recolha, e como não aparecesse nenhuma falsa, achei conveniente acabar com o alarme.

—Nesse caso, o Banco de Portugal nunca fez duplicação de números?

—Nunca!

O advogado solta um ah! enigmático, corre de novo à secretária, que se transformou num chapéu alto de prestidigitador e, apresentando três notas, grita:

—Como explica o senhor que apareçam três bilhetes de 500 escudos, duma emissão anterior à do Angola e Metrópole e todos com o mesmo número e série?

Foi, realmente, um "coup de theatre". O sr. Inocêncio Camacho, que já estava nervoso, impacienta-se. Não compreende o que significa aquela surpresa. Uma cidade dos seus inimigos? Os juizes sorriem-se, curiosos. Curioso está o próprio governador do Banco de Portugal. Examina as notas, certifica-se e responde:

—Ou são falsas, ou viciaram-lhes os números.

Pobre Inocêncio Camacho, que nem expediente tens para te defenderes!

Mesmo assim, temos do deles!

Se Pinto de Magalhães, quando tinha a seu cargo as investigações desta manobra, possuísse aquelas notas de numeração repetida e de emissão anterior à do tipo "Vasco da Gama", talvez de nada valessem aos dirigentes indiscutíveis do Banco emissor as habilidades salvadoras de António

María e, a esta hora, Inocêncio Camacho, Mota Gomes e Fernando Emídio da Silva estariam ao lado de Alves Reis na Penitenciária.

Mas A Batalha, tão rude no ataque, tão impiedosa no combate, não os quer ver presos. Nunca pedimos a prisão para ninguém. Teríamos depois de—se os vissemos presos—dêsses pobres de espírito. O que A Batalha quer ao apontar estas mazelas sociais é mostrar ao povo iludido a quantas baixezas dessem estes fantoches da finança, todos ambições, todos egoísmos, todos lama. O que A Batalha deseja, ao acusar estes autênticos criminosos, não é vê-los na cadeia, como eles nos desejam a nós, é provar quanta razão assiste à classe operária em cerrar fileiras e lutar pela extinção de uma sociedade tão impura que dela nascem, como miasmas dos pântanos, estes ascorços vermes humanos.

Honorabilidade por condescendência

E' possível que a estas horas a justiça holandesa já não tenha a menor dúvida sobre o estofo moral dos dirigentes do Banco emissor. E' possível ainda que na consciência do juiz a atitude comprometedora das testemunhas portuguesas tivesse acendido a luz da verdade. Mas as convenções sociais, o dever de uma justiça estrangeira ter de fingir que acredita na honorabilidade dos representantes do Estado português, do crédito do Estado português fá-lo-há, por amabilidade internacional, calar o que sente. E o Estado português que lhe agradeça a amabilidade.

Nós, porém, não lhe agradecemos. Porque não está a nosso cargo, revolucionários e adversários desse Estado, punir pela sua fictícia honorabilidade. E porque temos demasiado amor à verdade e enraizada fé nos benefícios sociais da nossa crítica severa, não estamos dispostos a enganar um público que em nós confia apontando-lhe como homens respeitáveis aqueles que o não são.

razões para acreditar que estão em erro alguns militantes avançados quando dão ao termo *libertário*, que aparece no livro *Organização Social Sindicalista*, uma interpretação que me parece não corresponder ao exacto pensamento de quem redigiu esse trabalho, um dos mais valiosos que conheço. A palavra *libertário* creio aparecer ali não como sinónimo de anarquista, mas como aceção mais ampla. Assim, tenho a impressão de que quando ali se apresenta o vocabulário *libertário*, é no sentido de espírito livre, aberto às concepções progressivas, gozando de liberdade política, sem peias ou restrições de ordem mental, independente, não tutelado, o que não é, suponho eu, a mesma coisa que ser anarquista.

Que há na organização sindicalista um espírito de rebeldia que a anima, está certo. Mas que esse espírito tenha que ser forçosamente proveniente do ideal anarquista é que eu nego. Eu, por exemplo, que não sou nem nunca me declarei anarquista, que não sou também anarco-sindicalista, julgando ser apenas sindicalista—e sendo só isto estou convicto de que vou assaz longe no sentido do aperfeiçoamento humano—, nem por isso me prostrenei jamais perante a Autoridade, antes lhe tenho vibrado algumas machadadas, dêbéis, é bem de ver, porque débil é o braço, mas com gana. E quantos elementos operários há aí que sendo apenas sindicalistas não andam, em aspirações e até em realizações, algumas polegadas adiante de outros que se afirmam mais avançados, mas que na vida prática tão pouco mostram sê-lo! E' que entendem os primeiros, como eu igualmente o entendo, que sendo realmente a tendência da acção sindicalista para a Liberdade, não são apenas os anarquistas que andam ao seu serviço, pois que em demanda dela também marcham os sindicalistas e porventura elementos que formam outros sectores sociais.

Dizer-se que se contraria a natureza íntima do sindicalismo revolucionário, a respectiva índole libertária (na aceção anarquista), ao proclamar a sua independência, é, além do mais, estar em contradição com anarquistas da categoria de Errico Malatesta, que não perfiu Neno Vasco, como anarquista de verdade, conforme se pode verificar através do seu livro *A concepção anarquista do Sindicalismo*.

E' eu a julgar que se podia ser anarquista sem ser assalariado, mas que não se podia praticar o sindicalismo sem ter aquela condição!

E' que andava ledo e cego...

Alexandre VIEIRA

O Brasil revolucionado

BUENO AIRES, 27.—Continua a revolução no Brasil. Próximo de Bela Vista feriu-se ontem um grande combate entre os revolucionários e as tropas governamentais, cujo comandante foi feito prisioneiro. Houve muitos feridos de parte a parte.—(L.)

No pósto Radio-telegráfico de Monsanto

declarou-se ontem um pequeno incêndio

Pouco depois da meia noite, na casa das máquinas do pósto do Radio-telegráfico de Monsanto o excesso de calor de uma das chaminés das máquinas comunicou fogo ao madeiramento do telhado, que foi apagado a baldes de água pelos marinheiros que ali fazem serviço.

Ainda chegou a comparecer material dos quartéis e 1 e 10 dos bombeiros municipais que retiraram sem fazer serviço.

E vem a propósito dizer que tenho fortes

Siga a peça!

Mas apreciem os leitores mais este pedacinho de ouro da reportagem de Reinaldo Ferreira, no Diário de Lisboa de ontem. Agora está em foco Mota Gomes, vice-presidente do Banco de Portugal.

Preguntam-lhe:

—Conhece Alves dos Reis?

—Vi-o uma vez, quando fui acareado com ele.

—Não esteve em Karl Baden com Alves dos Reis, em Agosto de 1923?

—E' mentira! Em 15 de Agosto de 1925 fui para Vidago—que fica em Portugal. No meu país, quando uma pessoa da minha categoria se desloca, vem a notícia nos jornais. Pode certificar-se pelos jornais que eu fui para Vidago nesse ano.

O intérprete, o calvo sr. Filsh, que fala admiravelmente o português, lê um telegrama cifrado que é atribuído a testemunha.

—E' falso! Eu nunca podia telegrafar a essa gente, cuja fama conhecia.

Foi para Vidago. Talvez. E não teria estado em Paris também? E não teria ido a Londres à casa Waterlow? Como se o facto de os jornais anunciarem a partida de uma pessoa para Vidago a impedisse de enganar-se no caminho e ir parar a Karl Baden...

Este Mota Gomes é dos dirigentes do Banco de Portugal que mais comiseram não merece. Ele talvez não seja mau, mas a falta de inteligência é que lhe dá para a maldade.

Mas o julgamento de Marang é apenas um dos actos da grande peça Angola e Metrópole-Banco de Portugal. Neste acto verifica-se que, sendo a peça umas vezes trágica outras cómica, o desfecho há de ser dramático com os seus laivos de comédia para esses pobres comediantes que à sombra dos papões "honorabilidade indiscutível" e "crédito nacional" querem fazer medrar a sua falta de moralidade.

Deixemos prosseguir a peça. Cá estamos para fazer-lhe o réclame gratuito.

FESTAS ASSOCIATIVAS

O 40.º aniversário da Associação dos Carpinteiros Civis

Amanhã, às 21 horas, realiza-se na sede do Sindicato Unico da Construção Civil, calçada do Combro, 38-A, 2.º, uma sessão solene comemorativa do 40.º aniversário da fundação da Associação dos Carpinteiros Civis, hoje, devido à fundação do Sindicato Unico, Secção Profissional dos Carpinteiros.

Na sessão que amanhã se realiza farão uso da palavra delegados da C. G. T. C. S. T. Federação da Construção Civil, Sindicato Unico da Construção Civil, Federação das Juventudes Sindicalistas e outros organismos operários.

Os sindicatos, que por lapso não foram convidados, ficam por este meio convidados.

A inauguração da nova sede do Sindicato dos Manipuladores de Pão de Lisboa

Realiza-se hoje a inauguração da nova sede social do Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão de Lisboa, que fica instalada no primeiro andar do prédio número 42 da Calçada Castelo Branco Saraiva.

Para a festa de inauguração da nova sede foi escolhido o seguinte programa: às 18 horas, sessão solene em que usará da palavra delegados de vários organismos operários e de decoreamento do retrato do camarada Domingos Pereira, assassinado pela polícia.

Às 21 horas: um pequeno acto de variedades por distintos amadores, assim distribuído: 1.º «A Canção dos Ninhos», pela menina Alcísia Fernandes; 2.º «Os Lusos», pela menina Aurolinda Fernandes e seu pai; 3.º «A Porteira», cançoneta cómica pela menina Arteniza Fernandes; 4.º «Num baú bem», monólogo em galego pelo sr. Arila Fernandes; 5.º «A sorte da fava», poesia cómica pela menina Alcísia Fernandes; 6.º «O Conspirador», dueto pela menina Aurolinda Fernandes e seu pai; 7.º «Intermédio cómico», pelo clown Oliva e seu filho, o «Augusto» de soíre, o menino Sebastião Fernandes; 8.º «Casar pelo «Notícias», comédia em 1 acto, pela menina Aurolinda Fernandes e seu pai.

Abrihanta esta festa a orquestra dos Manipuladores de Pão.

A pobreza de Krassine

LONDRES, 27.—Os jornais afirmam que a fortuna deixada por Krassine bastava para pagar durante um ano 4 por cento aos possuidores franceses dos títulos russos.

A fortuna do falecido embaixador soviético ultrapassa 10 bilhões.

A greve mineira inglesa

LONDRES, 27.—A conferência dos delegados da federação dos mineiros enviou uma nota aos distritos aconselhando os operários a continuarem as negociações com os patrões, visto a luta ser agora inútil.—(L.)

Edições de "A Sementeira"

Práticas neo-maltusianas..... \$50  
O sentido em que somos anarquistas \$30  
A peste religiosa..... \$40  
A Liberdade..... \$50  
A Internacional (música e letra)..... \$30  
Pedidos a A BATALHA ou no Caisdo Sodré, 82

## Em volta de um Congresso e das impressões de um observador

Um camarada meu amigo entendeu não dever deixar passar sem reparos «uma afirmação (entre outras por igual estranhas—segundo ele—) por mim produzida no congresso extraordinário dos Sindicatos de Lisboa, referentemente à importante questão—«Unidade Sindical».

Sem querer estabelecer polémica, que aliás não deixaria de ser útil desde que não saísse do devido terreno e correção, desejo fazer algumas observações aos seus reparos na parte que mais me interessa.

Quanto ao restante, apenas de lamentar é que só se notasse que do lado dos confederados se andou «pouco assiduamente», deixando antever — injustamente — que se «a discussão nem sempre foi elevada», aos mesmos se deveu.

Acha-se estranha a minha afirmação—que a saída da C. C. T. da Internacional, a que está aderente, implicaria a revisão de toda a orientação, táticas e princípios, do movimento operário português, o que seria a morte do Sindicalismo em Portugal; e supõe-se que a faço por ignorar «que, muito antes de aparecer no mundo operário a A. I. T., já em Portugal existia uma organização sindicalista revolucionária».

Pois engana-se muito quem assim pensa. Porque, precisamente por não ter esquecido esse facto, bastante importante, é que eu produzi tal afirmação, à qual agora, acrescentarei: quando a Confederação desse a desligar-se da A. I. T. já o sindicalismo revolucionário teria morrido em Portugal.

E como havia de esquecer que antes da A. I. T. vir ao mundo já existia em Portugal «uma organização sindicalista revolucionária», se é a existência dessa organização em Portugal, bem como em Espanha, Itália, França, Holanda, Alemanha, Suécia, Noruega e Américas latinas, que se deve a assistência da própria A. I. T., como o prova as relações e a adesão que a organização sindicalista desses países com ela manteve.

Logo, sendo a internacional filha do movimento sindicalista revolucionário existente no mundo, quando algum dos agrupamentos que lhe deram razão de ser a ache prejudicial, nega, «ipso facto», os princípios e orientação que tinha dado a esse agrupamento característico bem diferentes das daquelas que constituem a Internacional de Amsterdão ou a de Moscova.

A «fraqueza do nosso movimento» não reside—como se pretende—na adesão à A. I. T., mas no facto de elementos que até 1920 estiveram integrados nas táticas e princípios do sindicalismo revolucionário, tal como se esboçava em 1909, terem depois daquela data, pretendido modificar essas táticas e princípios em favor da acção política do Partido Comunista. E' a isto que se deve a fraqueza do movimento operário português. E seria sómente, para benefício da política comunista, o resultado da nossa saída da A. I. T. Se, antes de aparecer no mundo operário a A. I. T., se esboçava em Portugal, 1909, a organização sindicalista revolucionária, «aperfeiçoada no congresso de Lisboa de 1911, reforçada em 1914, no Congresso Unitário de Tomar, e vivificada nas conferências regionais de 1917; princípios confirmados, absolutamente, no Congresso Constitutivo da C. G. T., Coimbra, 1919; e consubstanciados na Organização Social Sindicalista aprovada nos congressos da Covilhã e Santarém; e se, com o aparecimento da A. I. T., esta organização sindicalista revolucionária não sofreu nenhuma modificação, não pode haver prejuízo, para a mesma organização, o facto de estar aderente a essa internacional.

Pelo contrário, dessa adesão resultam benefícios, tanto para a Organização sindicalista revolucionária portuguesa, como para a dos outros países integrada na A. I. T.

E' isto considerado — «violento», mas não é... sobretudo se queremos que continue a existir em Portugal aquela organização sindical revolucionária esboçada em 1909.

Além disso, cabe perguntar:

Que sindicalismo viria a resultar da nossa desligação da A. I. T.? Seria moscovista ou amsterdanista? Nem uma nem outra coisa. Que seria? O sindicalismo revolucionário esboçado em Portugal em 1909 é que não poderia subsistir, pois a saída da internacional seria para ele a machadada mortal, e, ainda, porque os inimigos da internacional, que são os mais ferrenhos partidários da unidade, declaram alto e bom som que os princípios sindicalistas enunciados desde 1909 não se ajustam, não servem, às necessidades de post-guerra, o que quer dizer que regeitam e combatem, tenazmente, esses princípios e táticas que lhes são adequadas.

Eu não me iludo neste problema da «Unidade» quando penso que existe apenas uma questão de predominio sobre os poderes da orientação do movimento operário. Basta olhar-se para o congresso de Tomar, 1914, para que toda a ilusão se dissipe.

Foi este um congresso unitário, com o fim de pôr de acordo e unir, os organismos desavindos e scindidos—uns orientados pelos socialistas e outros por sindicalistas. Na verdade, após o congresso, fusionaram-se alguns organismos; e quasi todos, que estiveram no congresso, ficaram aderentes a U. O. N.; mas que princípios e que táticas vieram a orientar, a pouco e pouco, os sindicatos e a U. O. N., sobretudo depois das conferências de 1917? Foram os preconizados pelos socialistas? Não. Foram os que são «consequentes» com os objectivos revolucionários do sindicalismo, e os socialistas perderam toda a possibilidade de orientação que, ilusoriamente, a circunstância unitária do congresso prometera. E' que altas delícias não fizeram os socialistas para impregnar os textos das resoluções do congresso e os Estatutos da U. O. N. das suas táticas e dos seus princípios! Mas a actividade dos sindicalistas revolucionários venceu-os em quasi toda a linha. Isto prova que nestas













## Uma circular enviada aos organismos operários sobre a constituição do novo Conselho Confederal

**Prezados camaradas:**—Por resolução do Conselho Confederal, reunido em 22 do corrente, foi deliberado transmitir-vos para conhecimento, a conclusão a que o Conselho chegou sobre a aceitação dos delegados das Federações de Calçado, Couros e Peles, União dos Sindicatos de Evora e Mineiros de São Domingos, pelo extracto, o mais pormenorizado possível, de debate sustentado e que fez prevalecer o critério da aceitação dos referidos delegados.

É preciso partir-se do ponto que o espírito que presidiu à solução encontrada, foi o da máxima tolerância e obediência aos princípios autonomistas da organização. Ainda mais: O actual Conselho, dentro dessa tolerância e espírito de imparcialidade, devia abstrair-se dos acontecimentos anteriores, para não cair nêles ou em idénticos. Completamente independente, o Conselho teve em mira cumprir o estatuto confederal. Poderá haver qualquer razão moral, baseada nas reuniões das Federações, mas o que é necessário atender que o Conselho Confederal, actual, tem, em virtude do estado que atravessa a organização, por missão especial, conciliar todos e para isso não deve excluir os que são indicados legalmente pelos respectivos organismos, nem pode, se realmente pretende contribuir para o robustecimento da organização, colocar-se fora do campo justo e das normas da organização—seus estatutos.

Mas, transcrevamos o que se passou para melhor ilicitação desse organismo. Levantada a questão na reunião de 12, pelo delegado do Sindicato de Marinha Grande, vários outros delegados se pronunciaram, tirando-se das suas considerações as seguintes ilacões:

Os que defenderam o ponto de vista da não aceitação dos delegados, argumentaram que tendo a reunião de Federações resolvido que não fossem reeleitos os delegados que mais ou menos tivessem tomado parte ou inclinado a qualquer dos litigantes em conflito no anterior Conselho, por uma questão de dignidade; no cumprimento dessa resolução não estava certo a aceitação dos três delegados em referência. Além deste facto eles se encontravam incompatibilizados moralmente com o Conselho, sendo este o principal motivo do critério da não aceitação. Dentro deste espírito, os delegados da Federação do Livro e do Jornal, apresentaram a seguinte moção de ordem:

«Atendendo a que a Federação de Calçado Couros e Peles, a União dos Sindicatos de Evora e o Sindicato dos Mineiros de São Domingos, não respeitaram de motu próprio a resolução das reuniões de Federações;

Atendendo a que o precedente aberto pela aceitação dos delegados respectivos pela anterior atitude assumida pelos mesmos, nos lamentáveis sucessos do C. C., é contra o espírito das deliberações da maioria dos organismos aderentes, princípio por que se orienta, em matéria de resoluções, a organização operária;

Atendendo a que a presença dos ditos delegados neste Conselho, é como que a ampliação do mal estar em que agia no pretérito; o Conselho Confederal em sua primeira reunião de 12 do corrente, resolve:

Lamentar a sistemática resolução dos organismos indicados acima, fazendo sentir aos mesmos a sua intolerância em face dos restantes que em maioria aceitaram a resolução das reuniões das Federações e suspender a aceitação das respectivas delegações, até futura resposta dos ditos organismos e passa à Ordem dos Trabalhos.

Os delegados com critério oposto argumentaram da seguinte maneira:

O Conselho que iniciava os seus trabalhos deveria revestir-se do espírito da maior independência e isenção, não se inclinando por isso para qualquer dos lados, mas sim ter em conta o cumprimento dos respectivos estatutos. O mesmo Conselho deveria ter o seu critério, baseado na sua própria constituição e natureza da organização e não aceitar o que tivesse proveniência fora do lugar devido, isto em relação à reunião das Federações, visto que, se havia organismos que tinham aceite as suas resoluções, outros estavam em terreno oposto. E partindo do princípio de tolerância, que logo de seguida deveria caracterizar as resoluções do Conselho, os delegados deveriam ser aceites.

Quanto à incompatibilidade moral, estes delegados reconheceram não existir ela para com este Conselho, exactamente por que ele deveria abstrair-se da discussão das questões suscitadas no anterior e proceder generosa e livremente. E sendo assim, racional seria a aceitação dos delegados e respectivamente a autonomia dos respectivos organismos, o que, para o actual Conselho, deveria ser de primacial importância, evitando-se, quem sabe? a saída de alguns organismos da C. G. T., pois querendo-se evitar um conflito com a não aceitação dos delegados, seria bom ponderar-se não ir levantar outro. Nestas condições o delegado da Federação Ferroviária apresentou a seguinte moção:

«Considerando que o actual Conselho tem necessidade de estabelecer — para um bom trabalho futuro — uma acertada homogeneidade entre os seus componentes, de maneira a poder cumprir a missão que lhe está designada, de conformidade com os princípios que orientam a organização;

«Considerando que para tal se observar de início e uma atmosfera de tolerância se vislumbra nas intenções de todos, necessário se torna esquecer factos passados que a debaterem-se, de novo, mesmo só em determinados aspectos, poderão fazê-los resurgir em toda a sua amplitude, ou originar outros acontecimentos em prejuízo da organização;

«Considerando que todos os delegados ao Conselho; o são por indicação directa dos respectivos organismos que representam, que devem tomar disso inteira responsabilidade;

«Considerando que o Conselho tem de respeitar a autonomia e a vontade desses organismos;

«Considerando ainda que os delegados em questão não foram os principais elementos antagonistas do Conselho anterior, nem as causas que originaram o conflito em referência subsistem;

«Considerando que o ambiente é que contribui a maior parte das vezes para dar vulto aos acontecimentos, o que também não se adapta ao actual Conselho, visto

que deve iniciar hoje serenamente os seus trabalhos;

«Considerando que devemos ser nós os primeiros a não abrir novas dissidências ou não agravar as já existentes;

«O Conselho Confederal reunido em 12 de Novembro de 1926,

Resolve:

«Aceitar no seu seio todos os delegados indicados pelos organismos confederados, desde que eles estejam nas condições dos respectivos estatutos;

«Afirmar os desejos em que se encontra de contribuir com todo o seu esforço e como é do seu dever para o levantamento da classe trabalhadora;

«Afirmar também a disposição que o anima de fazer trabalho útil e em conjunto na defesa dos verdadeiros interesses económicos, morais e sociais do proletariado».

Esta moção foi no entanto rejeitada e aprovada a moção de ordem da Federação do Livro e do Jornal, por 7 votos contra 6 e 4 abstenções.

Em vista disto, os delegados dos organismos atingidos retiraram-se, bem como os delegados da U. S. O. do Porto e Mineiros de Aljustrel, até que os seus organismos se pronunciassem, tendo o delegado dos Mineiros de São Domingos, ao retirar-se apresentado uma declaração, em que o respectivo organismo declara suspender as relações com a C. G. T., até que o Conselho explique as razões que o levam a não aceitar o referido delegado e propõe a nomeação duma comissão que inquirirá dos actos do mesmo como militante dentro da Confederação.

Na reunião de 17 do corrente, receberam-se telegramas dos Mineiros de São Domingos e U. S. O. de Evora e o da Federação de Calçado Couros e Peles, confirmando a nomeação dos delegados. Nesta reunião, resolveu-se debater o assunto na sessão de 22. Nesta, foram recebidos os officios dos três organismos atingidos, confirmando os telegramas e nomeação dos delegados e officio da U. S. O. do Porto apoiando a atitude dos seus delegados e defendendo a entrada no Conselho de todos os delegados nomeados pelos respectivos organismos.

Havia sobre a mesa uma proposta de António Monteiro, delegado da Federação do Livro e do Jornal, que tinha sido enviada ao terminar a sessão anterior e é do teor seguinte:

«Que o assunto delegações, rejeitadas na reunião de 12, seja relegado para a reunião de 22, devendo entretanto a C. A. ou Comité Confederal, enviar delegados junto dos respectivos organismos visados, no sentido de poder extrair ao Conselho a opinião exacta dos mesmos, por via de toda a sua composição orgânica».

O seu autor, em reforço, faz várias considerações. Destacamos as que seguem: Lamentar que a C. A. não tivesse enviado delegações à província, aos organismos em questão. Entende que os referidos delegados não devem ser aceites no Conselho, para que a organização possa marchar melhor. Tem que se aceitar o princípio estabelecido pela reunião de Federações. De novo afirma existir incompatibilidade moral em virtude dos acontecimentos, que em parte relembra.

Uma parte do Conselho concorda com esta opinião, não succedendo o mesmo com a restante parte, visto que tem esta opinião:

Entende que os referidos delegados, por um espírito de tolerância e conciliação, devem ser recebidos, exactamente para se verificar o sossego na organização. O princípio estabelecido na reunião de Federações não pode ser aceite pelos motivos já expostos na primeira reunião do Conselho e devido à autonomia sindical. Contudo, a aceita-los para uns, teria que admitir-se para todos e no Conselho encontram-se delegados que pertenceram ao anterior e outros foram indicados pela Comissão Administrativa a vários organismos, para os nomearem como delegados ao novo Conselho. Diz-se: Não entram na discussão.

Mas este pormenor não evitou que se inclinassem a qualquer das partes. Se não falaram foi porque ou ainda não lhes havia chegado a vez, ou porque não quiseram, mas nas votações manifestaram-se por qualquer dos lados. O que o Conselho deveria regerter decerto era a indicação dos principais elementos antagonistas do passado Conselho, o que, demonstrou já na primeira reunião, mas com os delegados em questão não se dá tal facto. Quanto à incompatibilidade moral, esta parte do Conselho entende que ela não existe, mas aceitar-se tal afirmação, teria que reconhecer-se que em maior incompatibilidade moral tem estado os organismos que há tempos se retiraram da C. G. T., até mesmo pelo seu procedimento depois de se terem desligado e no entanto o Conselho, dentro do espírito de tolerância que o anima, está na disposição de os receber novamente, logo que eles queiram entrar para o organismo central. Tem esta parte do Conselho, pois, o critério de que se esqueça tudo e contribua todos para o robustecimento da organização.

Além disto, esta parte do Conselho, apresenta ainda, em relação à moção de ordem aprovada em 12 do corrente, que diz: até futura resposta dos ditos organismos, a objecção de que tendo os referidos organismos respondido já, mantendo as referidas nomeações, estava ipso facto resolvido a sua aceitação.

A parte que não está de acordo objectou por seu lado: Mas essas respostas não traduzem a vontade unânime de todos os organismos, mas sim das suas Comissões Administrativas. A outra parte, porém, obtemperou: que a U. S. O. de Evora havia reunido o seu Conselho Geral e os outros organismos certamente que resolveram baseados nas resoluções dos seus Conselhos Federais.

Perante os diferentes critérios estabelecidos, foram presentes à mesa vários documentos. Por exemplo: Alberto Monteiro, delegado dos Alfaiates da Póvoa do Varzim, apresentou uma moção, com as seguintes conclusões:

«1.º Ratificar as resoluções apresentadas pela Federação do Livro e do Jornal e por este Conselho aprovadas.

«2.º Nomear a comissão de inquérito aos camaradas Manuel Joaquim de Sousa e Santos Arranha.

«3.º Que esta comissão de 5 membros, seja nomeada por escrutínio secreto para que melhor represente o sentir do Conselho».

«Considerando que o Conselho tem de respeitar a autonomia e a vontade desses organismos;

«Considerando ainda que os delegados em questão não foram os principais elementos antagonistas do Conselho anterior, nem as causas que originaram o conflito em referência subsistem;

«Considerando que o ambiente é que contribui a maior parte das vezes para dar vulto aos acontecimentos, o que também não se adapta ao actual Conselho, visto

que deve iniciar hoje serenamente os seus trabalhos;

«Considerando que devemos ser nós os primeiros a não abrir novas dissidências ou não agravar as já existentes;

«O Conselho Confederal reunido em 12 de Novembro de 1926,

Resolve:

«Aceitar no seu seio todos os delegados indicados pelos organismos confederados, desde que eles estejam nas condições dos respectivos estatutos;

4.º Que esta comissão traga ao Conselho, no mais curto espaço de tempo, um parecer desenvolvido sobre todos os assuntos que motivaram as desavenças do Conselho transacto e bem assim sobre as delegações em questão, para que este de consciência se possa manifestar».

Esta moção foi rejeitada por maioria, ressalvando-se o 2.º ponto, visto o Conselho já ter resolvido nomear a comissão de elementos extranhos ao mesmo.

Gonçalves Vidal, dos Vidreiros de Marinha Grande, apresentou também a seguinte moção de ordem:

«Considerando que, no Conselho Confederal dissolvido, foi requerido por dois dos seus componentes que se procedesse a um inquérito aos seus actos e conduta na organização, em virtude de acusações recíprocas;

«Considerando que esse inquérito, a fazer-se, pode naturalmente colidir com outros delegados do dito Conselho, quer pela sua situação de delegados, quer por qualquer encargo por este conferido, no que é possível terem contribuído para o agravamento dos factos que determinaram a dissolução do mesmo;

«Considerando que é simplesmente do critério dos delegados do Conselho cessante, que pretendem continuar com representação no actual, manter-se numa situação de isenção e afastamento, que torna mais livre e imparcial o trabalho e conclusões do referido inquérito, o Conselho Confederal, resolve:

«Conceder a esses camaradas a que se referia a moção da Federação do Livro e do Jornal, a liberdade de procederem como julgarem mais conveniente à sua situação e à organização operária, no que respeita a sua representação no Conselho e segue na ordem dos trabalhos».

Este documento foi também rejeitado por maioria.

Mário Castelhamo, da Federação Ferroviária, apresentou a seguinte moção de ordem:

«O Conselho Confederal apreciando novamente a situação dos delegados dos organismos abrangidos pela resolução da penúltima reunião, em virtude da insistência dos referidos organismos em manter as mesmas delegações e, no desejo de conciliação, evitar novos conflitos e atendendo à autonomia sindical, resolve aceitar os delegados dos organismos em questão e continua na ordem dos trabalhos».

Este documento foi aprovado por 10 organismos e rejeitado por seis e houve um voto nulo.

Em presença dessa resolução os delegados das Federações do Livro e do Jornal, Mobilidade e Metalúrgica, declaram retirar-se do Conselho Confederal até que os respectivos Conselhos Federais se pronunciem em definitivo. Os delegados da Federação da Construção Civil declaram que discordavam da resolução tomada mas não se retiraram, levando a questão ao seu Conselho Federal.

Em vista destas declarações, o Conselho Confederal aprovou a seguinte moção de Ordem:

«O Conselho Confederal, ao tomar conhecimento das declarações dos delegados das Federações do Livro e do Jornal, Mobilidade e Metalúrgica, lamenta profundamente o facto e dentro do critério de tolerância e respeito pela autonomia sindical de cada organismo, da moção aprovada para a entrada dos delegados dos Manufactores de Calçado, Mineiros de S. Domingos, e U. S. O. de Evora, resolve encargar a Comissão Administrativa ou o Comité Confederal, de informar esclarecidamente todos os organismos em referência, do espírito que animou o Conselho na resolução a que chegou, coerente e de acordo com os estatutos confederados e sem desprimor para qualquer organismo e continua na Ordem dos Trabalhos».

Esta moção, depois de considerações feitas sobre ela por diferentes delegados, foi aprovada pelo Conselho, rejeitando-se apenas os delegados dos alfaiates da Póvoa do Varzim e o do Sindicato Vidreiro de M. Grande.

Silva Campos, ao tomar assento no Conselho, fez em nome dos três delegados que entravam, a declaração formal de que eles não provocariam nem entrariam na discussão das questões suscitadas no anterior Conselho.

Foi a Mesa, encarregada de transmitir-vos estas resoluções, o que faz, mais uma vez, lembrando o espírito de tolerância e conciliação da resolução tomada pelo Conselho e o respeito pela Carta Orgânica da C. G. T., tolerância e respeito que o Conselho deverá manter para com todos os organismos que estejam dentro das condições dos estatutos confederados.

A tomar-se outra resolução, desrespeitaram-se os princípios da Organização, o que seria de efeitos contraproducentes para o prestígio da mesma, segundo a opinião da maioria do Conselho.

Nestas condições esperamos que a referida resolução seja tomada na devida consideração e o mesmo espírito de tolerância e respeito pelos estatutos confederados presida às vossas resoluções. — Saídações sindicistas. — A Mesa da reunião do Conselho do dia 22 de Novembro, Alberto Dias, presidente; Mário Castelhamo, 1.º secretário.

**Cooperativa de crédito e consumo do pessoal do Município de Lisboa**

**AVISO**

Ao abrigo do que dispõe o n.º 1 do artigo 36 dos Estatutos que regem esta colectividade, convoco a Assembleia Geral Ordinária para o dia 12 de Dezembro próximo, às 14 horas.

**ORDEN DOS TRABALHOS**

Eleição dos corpos gerentes para o ano de 1927 e apreciação do relatório de contas da Comissão Administrativa referente ao último semestre de 1925. Não reunindo por falta de número fica a mesma convocada para o dia 26 à mesma hora, reunindo esta com qualquer número. O Vice-presidente, António Eduardo Vieira da Silva.

**Leiam o Suplemento de A BATALHA**

## INTERESSES DE CLASSE

**A revisão das tabelas de vencimentos dos funcionários do Sul e Sueste**

Agora que, segundo lemos na imprensa, a Administração dos Caminhos de Ferro do Estado, pretende rever as tabelas de vencimentos dos funcionários do Sul e Sueste e Minho e Douro; o que não tinha até agora acontecido, desde a publicação do decreto 8.924, de 1923; a pesar desta mesma lei preceituar a revisão trimestral dessas tabelas achamos oportuno fazer algumas considerações sobre tão palpitante assunto apresentando-as aos ferroviários e, principalmente, à digna comissão que tem a incumbência de atenuar um pouco a miséria desses humildes mas valerosos servidores do Estado, que ora se debatem numa tremenda crise.

Não sabemos concretamente as bases sobre que assenta o critério da referida comissão, contudo, é isto que pretendemos focar, parece-nos que se pretende desfazer algumas anomalias existentes na forma como foram arbitrados os vencimentos dos funcionários do serviço das estações, principalmente, que usufruem ordenados sobremaneira reduzidos em relação aos dos restantes empregados, muito embora mal remunerados também. Para melhor ilicitação transcrevemos das referidas tabelas publicadas na ordem 12, de 1924, os vencimentos atribuídos a algumas categorias para assim melhor concretizarmos as nossas afirmações:

Chefe de estação de 2.ª classe, 651\$00; de 3.ª classe, 595\$20; fies de estação, 561\$60; factores de 3.ª, 429\$00; aspirantes, 377\$52; agulheiros de 3.ª, 384\$93; carregadores, 377\$52, etc.

As primeiras três categorias, atingem-se mediante 2 a 5 concursos, e, ordinariamente em 25, 20 e 18 anos de exaustivo serviço; a 4.ª e 5.ª dessas categorias, mediante 2 concursos e 6 a 10 anos de serviço. Acresce ainda a circunstância, do pessoal graduado das estações ter a enorme responsabilidade de todo o serviço dum gare, circulação de comboios, etc., etc., respondendo ainda perante a empresa e tribunais pela vida de milhares de passageiros.

Ninguém, de boa fé, pode negar a exiguidade miserável desses vencimentos, que não precisam de mais comentários.

O pessoal do serviço das estações é ainda o único que na sua árdua missão não tem horas suplementares remuneradas, horário fixo do serviço (pois faz 18 a 20 horas de serviço consecutivo) nem tão pouco, percentagens ou outras gratificações extraordinárias, sendo, portanto, absolutamente justo, que sejam equiparados os seus vencimentos aos do restante pessoal, pois que é bem flagrante e insólito a disparidade existente.

Eis tudo quanto sucintamente se nos oferece expor sobre tão momentoso assunto, chamando para ele, uma vez mais, a criteriosa atenção de quem supérfluo não caso, já que, finalmente, se pensou olhar para a angustiosa situação dos ferroviários do Estado. — Um grupo de ferroviários.

**Um convite do Núcleo da Juventude Sindicalista de Setúbal**

Um grupo de jovens filiados no Núcleo da Juventude Sindicalista de Setúbal, atendendo ao estado em que o mesmo presentemente se encontra convida, todos os jovens sindicalistas de Setúbal que se interessarem pela vida do Núcleo, a comparecerem a uma reunião que se realiza hoje pelas 13 horas, a fim-de assentar a melhor forma de levantá-lo do marasmo em que presentemente se encontra, para que se possam levar a cabo alguns trabalhos de grande interesse para a organização juvenil.

**CONFERÊNCIAS**

**Anti-carnivorismo**

Na rua da Madalena, 225, 1.º, realiza hoje às 21 h., o sr. Eliezer Kamenetzky, a 4.ª conferência de divulgação higiénica promovida pela Sociedade Naturista, sob o tema: «Condenação do alcool, do tabaco e da carne», a qual é dedicada a todos os amigos da educação física, sendo a entrada livre.

A conferência que Nogueira de Brito estava para realizar hoje na Moita, sobre «Arte», ficou, por motivos ponderosos, transferida para o próximo domingo.

**Luta de classes**

**Horário do Trabalho**

A Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio e a Associação dos Caixaeiros de Lisboa, tomando conhecimento da pretensão da Associação Comercial dos Retalhistas perante o sr. ministro do Comércio tendente à suspensão do actual regulamento do horário do trabalho no comércio, resolveu, além de outras medidas, avistar-se sem perda de tempo com o titular daquela pasta para lhe demonstrar a sem razão do desejo patronal.

**Suplemento semanal ilustrado de "A Batalha"**

Encontra-se já à venda o primeiro ano deste interessante semanário, devidamente encadernado, numa óptima capa em percalina ilustrada a cores, por Alonso, contendo um indispensável índice dos variados assuntos de ordem doutrinária, literária e artística.

O seu preço é 1 volume com 420 páginas, 45\$00.

Encadernação (por capas e índice) 20\$00.

Capas e índice em separado, 15\$33.

Pedidos de coleções, ou envio destas para encadernação, à administração de A Batalha.

## VIDA SINDICAL

**C. G. T.**

**A última sessão do Conselho Confederal**

A sessão foi o prosseguimento dos trabalhos pendentes da anterior sessão.

**Presenças:**—C. S. T. de Lisboa, Porto; U. S. O. de Evora, Faro; Federações Construção Civil, Rural, Couros e Peles, Corticeira, Ferroviária, Marítimos e Fluviais, Alimentação; Sindicatos isolados Mineiros de S. Domingos, Aljustrel, Chanfeiros do Sul, Alfaiates da Póvoa de Varzim.

**Expediente:**—Officio da U. S. O. de Faro, informando substituir o seu delegado João Humberto Martins, por ter de se conservar longo tempo em Faro, por Emídio Santana, que tomou assento; do S. U. C. Civil de Lisboa, secção dos carpinteiros, pedindo delegado ao seu 4.º aniversário, sendo nomeado Tavares Adão; dos Manipuladores de Pão de Lisboa, pedindo delegado à inauguração da sua sede e desercamento do retrato do falecido militante Domingos Pereira, sendo nomeado Silvino de Noronha; da Federação da Construção Civil, referindo os seus desejos acerca da comissão, a nomear, de inquérito aos actos de vários militantes e acerca da aceitação de delegados que haviam sido recusados; da Federação de Calçado, Couros e Peles, apresentando uma moção, aprovada em seu conselho, dizendo respeito às delegações que têm sido discutidas e à saída de três Federações.

**Nomeação dos corpos directivos da C. G. T. e de "A Batalha".**—Alberto Monteiro emitiu parecer de uma especial convocação do conselho, quando estivessem representadas todas as Federações, conforme se praticou anteriormente.

Acerca desta proposta falaram Mário Castelhamo e Alexandre Assis.

Foi seguidamente feita a leitura da circular dirigida pelo Conselho aos organismos aderentes.

A proposta de Alberto Monteiro foi rejeitada por 9 organismos e aprovada por 4.

Alfredo Lopes, em nome da comissão administrativa da C. G. T., apresentou uma lista constitutiva dos novos corpos directivos.

Américo Vilar apresentou uma outra lista.

Procedendo-se a votações, foi aprovada a constituição ontem publicada.

Mário Castelhamo lembrou que os corpos directivos de "A Batalha" só tomam posse depois de a respectiva comissão de estudo concluir o seu mandato. Apresentou a seguinte «questão prévia»:

«O Conselho Confederal, reconhecendo que a Comissão a nomear pró-"A Batalha" deve trabalhar livremente no estudo que vai fazer sobre as suas necessidades em todos os seus aspectos, e que esse estudo seja devidamente apreciado, entendendo por esse facto conveniente que, quer o director como o editor e administrador aqui nomeados, entrem na actividade dos seus cargos depois de sobre o respectivo relatório, o mesmo Conselho se pronunciar, ponto assente para o trabalho futuro dos dirigentes do jornal, relatório que deve ser apresentado pela referida Comissão, dentro da possível brevidade».

Falaram sobre a «questão prévia» Mario Castelhamo, Aleixo de Oliveira e Almeida Marques, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois das eleições, Alexandre Assis declarou que a Federação da Construção Civil regeitou os nomes de Silva Campos, Aleixo de Oliveira e Almeida Marques, em virtude de resoluções anteriores. Tendo o conselho, por maioria, resolvido o contrário, a F. C. C. aceita a decisão.

Por fim, foi lida uma carta de Quirino Moreira, que se desliga da sua delegação pela U. S. O. de Faro.

A sessão foi depois encerrada.

**Comunicações**

**Federação do Livro e do Jornal.**—Reuniu anteontem o conselho federal, aceitando a nova delegação dos Litógrafos e Anexos de Lisboa, contra a atitude de Jaime Tiago, ex-delegado, pelas faltas cometidas a trabalhos vários. Aprovou ainda uma moção a propósito da situação financeira da A. Batalha, cujo pessoal, constituído por adeptos de várias tendências, vem contribuindo com um dia de salário para a sua manutenção. Essa moção tem as seguintes conclusões: «Saudar o pessoal de A. Batalha pelo seu elevado espírito de sacrifício e isenção, bem digno de ser apontado como exemplo aqueles que pretendem pôr a sua vaidade pessoal ou espírito de tendência acima dos superiores interesses da organização».

Após a leitura do documento da C. G. T., apreciando a posição da Federação em face do C. C. António Costa explana largamente as afirmações produzidas dentro do conselho pelos delegados deste organismo, à margem das soluções que apresentaram para liquidar o assunto—delegados reconduzidos. Eduardo Vasques, delegado dos Litógrafos, afirma que, a pesar da resolução das comissões do seu Sindicato e publicadas em A. Batalha de 25 p. p. não votará esta questão em qualquer sentido, pois ao aceitar a delegação, não lhe impuseram a condição de ter que se imiscuir em situações que oferecem aspectos políticos. António Monteiro corrobora as afirmações de A. Costa, esclarecendo a razão da sua atitude em uniformidade com as resoluções anteriormente tomadas pela F. L. J. S. nas reuniões de Federações e ratificadas pelo conselho federal em 10 de Agosto p. p. Raúl de Sousa; dos Impressores Tipográficos, apresenta uma moção com as seguintes conclusões:

«O conselho federal da F. L. J. e S., reunido extraordinariamente em 26 de Novembro de 1926, resolve:

1.º Lamentar a atitude da maioria do C. C. ao aceitar a recondução dos delegados da Federação de Calçado, Couros e Peles, União dos Sindicatos de Evora e Mineiros de São Domingos, pelo que a mesma oferece de intolerante por parte dos ditos organismos e pernicioso no futuro, pelo precedente que fica aberto.

2.º Ratificar a confiança aos delegados do C. C. pela atitude assumida em defesa da boa moral da organização, suspendendo

as delegações até que futuras resoluções sejam tomadas sobre o assunto de acordo com os organismos colocados em idêntica posição.

3.º Que a F. L. J. e S. promova o mais rapidamente possível uma reunião com os referidos organismos, no sentido de assentar o caminho a seguir». Esta moção foi aprovada. O terceiro número foi proposto por Luís Gomes Adão, delegado dos compositores. Foi ainda aprovada a seguinte proposta dos delegados de Santarém:

«Propomos que a F. L. J. e S. envie à próxima assembleia dos Litógrafos e Anexos um dos delegados deste organismo à C. G. T. e um membro do secretariado, a fim-de esclarecerem aquela classe, sobre a posição da federação perante o C. C. da C. G. T.».

Outras resoluções serão tomadas na próxima reunião deste conselho sobre este e outros assuntos de interesse.

Por proposta do secretariado foi aprovada uma saudação aos grevistas da Litografia Nacional, do Porto.

**Convocações**

**REUNEM HOJE:**

**Federação Metalúrgica.**—Comissão pró-metalúrgica. — Reúne hoje, pelas 14 horas.

**Sindicato Único Metalúrgico.** — Pelas 14 horas, a comissão administrativa para um assunto urgente.

**DIAS PRÓXIMOS**

**Sindicato U. Mobilário.** — Reúne na próxima 3.ª feira, pelas 21 horas, os corpos gerentes e os militantes da indústria, para assunto grave, que se prende com a vida deste organismo.

— Reúne amanhã, pelas 20,30 horas, a comissão administrativa, para assunto que se prende com a reunião dos corpos gerentes, a realizar.

**Federação dos Trabalhadores do Livro, do Jornal e Similares.** — O secretariado reúne amanhã, às 21 horas, para dar execução às deliberações do conselho.

**S. U. Metalúrgico.** — Reúne-se em assembleia geral, no dia 3 do corrente com a seguinte ordem de trabalhos: 1.º Apreciar o relatório dos delegados ao congresso; 2.º apreciar os novos estatutos; 3.º Assuntos diversos.

**Federação Mobilária.** — Reúne amanhã, pelas 20,30 horas, a comissão administrativa para assunto de máxima urgência.

**Sindicatos da província**

**Federação Metalúrgica.—Comité do Norte.** — Reuniu extraordinariamente para apreciar os trabalhos da comissão encarregada de apurar a quem cabem as responsabilidades da trágica explosão da fábrica e fundição de Gondomar. Foi resolvido que a mesma continue os seus trabalhos e que entregue o assunto, no mais